

# CADERNO ESPECIAL

# Fé e Cidadania



Use o QRCode para  
acessar o Caderno  
Fé e Cidadania  
na internet, com  
mais artigos e links  
citados.

O SÃO PAULO

Edição 21  
25 de setembro de 2024

## Franco Montoro e o testemunho cristão na política

José Mario  
Brasiliense Carneiro\*

O testemunho cristão é sempre importante para a vida pessoal, social e religiosa. Cristo deu testemunho de Deus Pai assim como seus discípulos deram testemunho do Deus Filho, na Graça do Espírito Santo. A tradição testemunhal da Igreja Católica, com os santos, ilumina a vida de fé no presente. O testemunho cristão é particularmente importante no campo da política que tem como tarefa essencial zelar pelo bem comum.

André Franco Montoro (1916-1999), ao longo de sua vida pública, deu exemplo do que é ser um político cristão. Percorreu um caminho de desenvolvimento crescente. Foi vereador, deputado estadual e federal, senador e governador de São Paulo. O seu discurso humanista, cheio de entusiasmo, foi uma constante neste percurso. Implementou propostas arrojadas para sua época, como a descentralização federativa e a participação dos cidadãos. A atuação concreta dos políticos é o que torna visível a coerência entre o discurso e a prática. A coerência confirma o voto dos eleitores e motiva outras pessoas a participar da missão política.

Os cristãos, leigos e leigas, são chamados a atuar nas instituições de representação política e no Estado. Montoro costumava dizer que qualquer pessoa de boa vontade, com espírito público, independentemente do seu credo ou visão de mundo, deve envolver-se com a política. Considerava que havia um chamado especial aos jovens, às mulheres e às lideranças comunitárias.

Montoro formou políticos dentro e fora de seu próprio partido. Não queria o poder para si, mas compartilhava sua liderança com outras pessoas. Ao lado de outras lideranças cristãs de seu tempo como Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e Pedro Simon, esta geração de estadistas constituiu as bases do período democrático mais longo da história.

Antes de finalizar, é importante responder a uma objeção: será que os bons políticos cristãos são moralmente infalíveis? A resposta é óbvia: todo político cristão é moralmente falível e provavelmente cometerá erros no exercício de seus mandatos. Mas como lidar com o erro? Em primeiro lugar, reconhecendo-se pecador e dependente da Graça de Deus para avançar.

*Em 1999, há 25 anos, morria o governador Franco Montoro, um dos mais emblemáticos políticos católicos brasileiros do século XX. Aos poucos, a história vem reconhecendo o papel fundamental deste líder na construção de um Brasil mais democrático e justo. Às vésperas das eleições municipais, vale a pena resgatar, em especial, o valor do testemunho cristão de Montoro e colher de sua vida política alguns de seus princípios e bandeiras que podem iluminar o cenário atual e futuro do País.*



Quando era Arcebispo de Buenos Aires, o Papa Francisco escreveu *Corrupção e Pecado* (São Paulo: editora Ave Maria, 2021), em que ensina que somos todos pecadores, mas

nem por isso corruptos. Diz o ditado que errar é humano e insistir no erro é pecado. Na política, aquele que insiste no pecado certamente cairá na tentação da corrupção. Por isso, do

ponto de vista da fé católica, é preciso nutrir-se dos sacramentos, em especial, da Eucaristia e da Confissão.

Hannah Arendt diria que diante da irreversibilidade das ações erradas, a única saída libertadora é a força do perdão. Quem sabe a política, tão desacreditada, possa ganhar um novo impulso quando tivermos mais testemunhos de cristãos capazes de pedir perdão e corrigir seus erros, criando uma cultura política fundada na humildade. Isso ocorreu em vários momentos da história, entre eles no restabelecimento da paz entre os países europeus após a 2ª Guerra Mundial.

Os conhecidos líderes católicos, tidos como pais da União Europeia, Konrad Adenauer, Robert Schuman e Alcide De Gasperi criaram em torno de si comunidades de políticos que atuavam com base nos valores humanistas cristãos. Para isso, a educação política teve um papel fundamental. Surgiram, assim, na Alemanha, as fundações políticas, entre elas a Konrad Adenauer, que teve Franco Montoro como presidente de seu Conselho Consultivo, no Brasil.

A caminhada da Oficina Municipal, uma escola de cidadania e gestão pública vinculada à Fundação Konrad Adenauer, confirma a importância dessa experiência das comunidades de políticos. Ela não somente oferece cursos e espaços de formação para aperfeiçoar e compartilhar boas práticas na gestão, mas, sobretudo, cria comunidades nas quais prefeitos, prefeitas, e gestores se encontram, se apoiam, se motivam e se corrigem em seus percursos políticos, muitas e muitas vezes solitários.

São Paulo VI dizia que a política é uma das expressões mais perfeitas do amor, da caridade. Um amor que transborda a comunidade familiar, a comunidade de amigos e a comunidade religiosa. Nesse sentido, a vida cristã ao longo da história provou que é possível experimentar o amor político e a amizade social. Este é o testemunho que Franco Montoro e tantos outros políticos cristãos nos deixaram.

\* Doutor em Administração Pública pela EAESP-FGV, Master em Teologia pela Pontifícia Universidade Lateranense e Presidente da Oficina Municipal, uma escola de cidadania e gestão pública vinculada à Fundação Konrad Adenauer. Esta Escola oferece cursos e espaços de formação nos quais se compartilham boas práticas na gestão das cidades. Mantém ainda uma Escola de Prefeitos suprapartidária que se reúne duas vezes ao ano para imersões de aprendizado e intercâmbio de experiências.



# Um leigo que levou a sério a Doutrina Social Cristã

Domingos Zamagna\*

**Franco Montoro é um testemunho preciso do que deveria ser um político cristão.**

O Cristianismo é uma religião histórica. A Palavra do Pai se encarnou num corpo, o de Jesus de Nazaré, que após sua Páscoa continua agindo, pela força do Espírito Santo, por meio de uma comunidade missionária, a Igreja.

Nada é mais importante do que a unidade entre o Corpo e sua Cabeça (cf. Ef 5,23; Cl 1,18), em vista da transformação da nossa história em uma nova criação, nova humanidade.

Nosso Salvador nos transmitiu uma mensagem feliz, da parte do Pai, deu-nos o testemunho sobre ela e levou-a à perfeição pelo seu ato redentor. Conferiu aos seus discípulos a missão de perpetuar a sua obra em favor da vida em toda a sua abrangência. Foi o que os cristãos aprenderam e consignaram nas Sagradas Escrituras, que vêm alimentando nossa fé durante toda a história. Mas o Mestre não nos prescreveu recei-

tas, não entrou na minudência da realização desse desígnio. Além da luz evangélica, contamos com a força do Espírito de Jesus, mas devemos contar também com a racionalidade da nossa ação.

A Igreja se lança na obra de transformação da cidade terrena, procura tudo permear com a caridade, fazendo o Evangelho atingir todas as instituições: a sociedade, a ciência, a economia, o direito, a cultura, a política. A tradição do Magistério da Igreja sempre fez uma afirmação muito forte: “A política é a mais alta forma de caridade”. Podemos, então, concluir que nada pode ser mais civilizacional do que a vivência do Evangelho. Quanto mais nos deixarmos configurar pelo Evangelho, pessoal e comunitariamente, mais estaremos levando a cidade terrestre à sua perfeição moral. O resultado de tal esforço há de ser a constituição de uma sociedade inclusiva, alicerçada na justiça e na paz.

Isso pode parecer quimérico, fantasioso. Mas nada como testar as coisas na prática, com transparência. Para que tem servido uma bancada evangélica? Dizer que é evangélica pode ser um rótulo. Importa perguntar: de que Evangelho?

Via de regra, salvo algumas exceções, ela é formada para a defesa de interesses corporativos, muitos até escusos, sem compromissos reais com o povo.

Todavia, com realismo, podemos citar homens e mulheres que levaram a sério a doutrina social que a Igreja prega. Entre esses nomes, a pessoa e a missão de André Franco Montoro, falecido há 25 anos, que muitos conhecemos e com quem trabalhamos, foi um luminoso exemplo de compromisso político, alimentado pela fé cristã. Inicialmente, militou na Democracia Cristã, mas nunca postulou uma bancada católica. Ser católico em política é perseguir o ideal não de qualquer simulacro de Evangelho, mas o de Jesus, isto é, dar visibilidade aos invisíveis, promover centralidade aos pobres, fazendo boas, criativas, participativas e eficientes políticas públicas. Cristo não veio para criar burocracias, mas para fazer nascer um Reino de pessoas solidárias, compassivas, comprometidas com os valores humano-espirituais, que são os que realmente dignificam uma sociedade. É por aí que passa o desígnio de Deus, de vida e liberdade para todos.

Franco Montoro valeu-se dos dons que Deus lhe deu (fé, educação, cultura, lucidez, sensibilidade, competência) para aprimorar nossas instituições e oferecer a todos, mas sobretudo aos pobres, uma vida digna, por meio do solidarismo cristão. Iluminado pelo Evangelho e a Doutrina Social da Igreja, pelos exemplos dos filósofos Maritain e Mounier, dos políticos europeus Schumann, Adenauer e De Gasperi, pelos padres Calvez, SJ, e Lebret, OP, estimulado pelas encíclicas sociais de São João XXIII e São Paulo VI e pelo Concílio Vaticano II, empenhou-se efetivamente e conseguiu demonstrar que os leigos podem e devem ser protagonistas na construção de um país mais humano, solidário, sem corrupção e violência.

Em nosso País, não é muito comum ética e política convergirem. Franco Montoro demonstrou que isso é possível. Que seu exemplo possa contribuir para, nesta campanha eleitoral de tanto palavreado vazio, abrir nossa inteligência para discernir qual o papel de um político em um país que deseja ser democrático, eficiente e sem desigualdades.

\*Jornalista e professor de Filosofia

## Um político orientado pela vida de fé

**Nos tempos atuais, muitos políticos buscam os votos dos cristãos. Frequentemente, porém, suas ideias estão até em desacordo com o magistério católico, e seus comportamentos não são nada cristãos. Franco Montoro foi um exemplo de político coerente, nas ideias e nas ações.**

### Redação

Franco Montoro fez parte de um grupo de políticos que viveu as agruras do século XX, mantendo-se firme em seu compromisso com o bem comum e a democracia. Dizia que cada vez que ia tomar uma decisão, pensava primeiro nos pobres. Perguntava a si mesmo: como essa decisão que estou tomando vai impactar a vida dos pobres? Não importava se a questão dizia respeito a duplicar uma estrada, construir um hospital, criar uma escola, proteger uma floresta ou propor um conselho participativo. Sabia que toda decisão, não importa qual seja o setor, tem um impacto sobre a população, em especial sobre os mais pobres, que são os que mais sofrem com os erros dos governos.

Assim, os princípios da Doutrina Social da Igreja permeavam os seus mandatos (foi governador e senador



por São Paulo, deputado federal e estadual, ministro do trabalho). Por exemplo, explicitou o princípio da subsidiariedade, pouco conhecido entre nós; se concretizou no tema da descentralização, quando criou escritórios regionais de governo e percorreu o interior como governador, para ficar mais próximo da população. Visando a aumentar a participação, criou conselhos participativos de mulheres, jovens etc. Traduzia valores e

princípios cristãos em projetos e programas governamentais.

Além disso, pensava em batalhas permanentes, orientadas pelos ensinamentos cristãos e pela solidariedade: a batalha da educação, a da saúde, aquela da assistência... Respostas concretas às demandas da população. Era um homem de diálogo e escuta, aberto à conversa, em especial com os grupos que normalmente não são escutados. Procurava ouvir as pessoas,

em lugar de impor políticas e projetos que não tinham aderência aos interesses e necessidades reais da população.

Também em sua conduta pessoal, Franco Montoro dava um testemunho cristão. Dava também testemunho de uma vida em família, sempre acompanhado pela esposa, dona Lucy, pelos filhos e netos. Demonstrava a importância da família no contexto político. Era um homem muito ligado à Igreja, vínculo que se manifestava no plano acadêmico (foi um dos grandes professores do curso de Direito da PUC-SP), no plano político (foi um dos fundadores do Partido Democrata Cristão, nos anos 1950. Líder inspirador de muitos outros, fundou o Instituto Jacques Maritain, em parceria com outros intelectuais católicos brasileiros, em particular Dom Cândido Padim.

Seguindo a tradição do pensamento social católico, que sempre propôs a solidariedade entre as nações, foi um grande defensor da integração latino-americana. Acreditava sinceramente que “para a América Latina, a opção é clara: integração ou atraso”. Com esta convicção, teve atuação destacada para que a integração latino-americana figurasse na Constituição de 1988 (Artigo 4º) e na criação do Mercosul.

Ser um político cristão, para ele, não foi uma opção ideológica ou um aguerrido combate contra os adversários, mas um modo de ser que permeou toda a sua vida.



# ‘Os valores de minha vida pública’

A seguir, trechos do discurso que Franco Montoro fez na Câmara Municipal de São Paulo por ocasião de sua indicação para compor o Conselho da República, em 1997. Ele havia sido vereador em 1950.

Meus amigos, as experiências de 80 anos de vida, 60 de magistério e ação social e mais de 45 de atividade política, com seus acertos e erros, vitórias e decepções, levaram-me a lembrar de alguns valores e sonhos de minha vida pública, que se transformaram ou podem se transformar em realidade. Eis os valores de minha vida pública:

## O primeiro é o respeito às pessoas.

Como valor fundamental da política, creio na dignidade da pessoa humana. Não da pessoa abstrata das reflexões filosóficas. Mas das pessoas concretas e vivas que estão ao nosso lado, em nosso bairro, em nossa cidade e povoam a terra. Minha filha Monica, com a sensibilidade de artista, fixou esse sentimento: “E saiba que meu canto fica orgulhoso, não por seres meu pai, nem por seres meu irmão, mas pelo respeito aos homens, que me deixas de lição.”

Se unirmos o Brasil em torno da ideia generosa de um desenvolvimento cujo centro seja a pessoa humana, impulsionaremos um movimento de transformações sociais e políticas que poderão marcar a nossa história.

## A esse valor está ligada a ética da solidariedade.

Para a transformação do quadro de misérias, injustiças e desigualdades que nos cercam, o primeiro passo é uma atitude de ética de solidariedade. Não podemos aceitar os braços cruzados das indiferenças burguesas nem os gestos de violência dos fanáticos e intolerantes de qualquer raça, ideologia ou religião. Em oposição à inconsciência dos fatos e à violência dos intolerantes, é preciso abrir os braços da fraternidade. Se somos filhos de Deus, somos todos irmãos.

Do velho solho da Revolução Francesa: “Liberdade, igualdade e fraternidade”, a liberdade sem limites leva à destruição da igualdade, a igualdade imposta significa o esmagamento da liberdade. Só a fraternidade poderá conciliar as aspirações humanas de liberdade e igualdade.

## O caminho para essa realização é a democracia,

valor fundamental da vida pública, a ser conquistado em um esforço de todos os dias. Como adverte Maritain: “A tragédia das democracias é que ainda não conseguiram realizar a democracia. Mas, apesar de suas imperfeições e de seus limites, a democracia é o único ca-



‘Alegoria do Bom Governo’, de Ambrogio Lorenzetti – o Bom Governo aparece ladeado pela Justiça e pela Paz, tendo acima dele a Fé, a Esperança e a Caridade

minho por onde passam as energias progressivas da história humana”.

Não se trata apenas do Estado, mas da sociedade democrática, que respeita a pluralidade de grupos sociais, como a família, a escola, a igreja, a empresa, o clube, o partido e as demais associações que constituem o ambiente real em que as pessoas vivem e se desenvolvem. Essas forças vivas fazem a riqueza da vida social e são as grandes promotoras do bem comum.

Entre todos os grupos sociais, destaca-se a família como “núcleo natural e fundamental da sociedade”, com seu “direito à proteção do Estado”, nos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 16.

## A descentralização é outro valor fundamental.

Meu governo, em São Paulo, teve como lema “descentralização e participação”. A centralização do poder, o paternalismo e a tutela governamental têm sido a tradição de nossa história política e administrativa. Essa concentração de poderes é talvez o maior problema da vida pública brasileira. É preciso substituí-la pela descentralização da máquina do governo. Aumentar progressivamente as responsabilidades e recursos dos estados e sobretudo dos municípios como poder local. Tornar o governo mais perto do povo.

Tudo o que puder ser feito por uma comunidade menor não deve ser feito por um organismo de nível superior. As iniciativas e atividades locais estão mais perto da população e são, por isso, mais realistas, econômicas e eficientes. É preciso aproveitar esse imenso potencial dos recursos materiais e humanos da sociedade.

Daí decorrem alguns princípios de uma administração democrática:

- Tudo que puder ser feito pela própria sociedade deve ser feito por ela e não pelo poder público.
- O poder público deve intervir só e sempre em que for necessária sua atuação. Nem Estado mínimo, nem Estado máximo. Mas, sim, Estado quando necessário. E isso acontece sempre que houver uma exigência de interesse público.
- Na intervenção do poder público, deve haver uma ordem de prioridades. Em primeiro lugar, deve atuar o município. Tudo que puder ser feito pelo município, deve ser feito por ele e não pelo estado ou pelo Governo Federal.
- Da mesma forma, o Estado só deve fazer o que não puder ser bem-feito pela sociedade ou pelo município.
- E o Governo Federal só deverá fazer o que não puder ser bem-feito pelos estados, pelos municípios ou pela sociedade. Terá as insubstituíveis e elevadas funções de assegurar a defesa nacional, representar o Brasil nas relações internacionais, exercer a alta direção da política econômica e social do país, emitir moeda, legislar sobre matéria de interesse nacional, exercer ação regulamentar sempre que exigida pelo interesse público e, sobretudo, rigorosa ação fiscalizadora no tocante à moralidade e publicidade na aplicação de recursos públicos.

O critério básico para a delimitação dessas atribuições deve ser sempre o bem comum, isto é, o bem-estar e a qualidade de vida da população, e não o interesse de determinados grupos ou setores. O que for melhor para a população é melhor para o país.

**Participação e Cidadania.** A participação da sociedade é fundamental. Descentralizar é fazer com que

muitos participem. Para que haja um desenvolvimento democrático, a palavra-chave chama-se “participação”. Ela é o caminho para superar a passividade e a indiferença. Participação é a ideia-força de um novo desenvolvimento. Ela abrange todas as formas de substituição do paternalismo autoritário pela cooperação dos setores interessados. A população e os diferentes setores da sociedade são os grandes interessados na solução efetiva dos problemas coletivos. São eles também que melhor conhecem e sentem os problemas reais.

O crescente movimento de participação social está ligado à noção de “cidadania”. Cidadania não é apenas um direito, mas, sobretudo, tomada de consciência e responsabilidade social. Camadas cada vez mais amplas da população tomam consciência do caráter apenas “formal” de antigas fórmulas democráticas, que se limitam a assegurar o direito de voto de 4 em 4 anos, e passam a defender novas modalidades de participação ativa, que lhes permita passar da condição de “súditos” para a de “cidadãos”, de “espectadores” passivos da história para seus “agentes”.

Em uma perspectiva humanista e não totalitária, o Estado é “meio” a serviço das pessoas e do bem comum e não “fim” em si mesmo ou entidade superior aos direitos fundamentais do homem e da sociedade, hoje expressamente reconhecidos no documento mais importante deste século, que é a Declaração Universal dos Direitos Humanos. [...]

**Conclusão.** Há, finalmente, um valor que de certa forma é a síntese de todos os valores e sonhos que têm alimentado minha vida pública: a “Justiça” e seu corolário, a “Paz”. Lutar pela justiça significa trabalhar para que o desenvolvimento do país seja feito com equidade e respeito à dignidade de todas as pessoas.

Meus amigos, vejo com satisfação que o respeito a esses valores une os diferentes partidos, companheiros e amigos que hoje me homenageiam. Essa união vem ilustrar a grande lição de Teilhard de Chardin: “Quando a gente se eleva, a gente se encontra”. Acima de diferenças e interesses menores, é importante lutar por grandes causas. Elas têm o poder de conquistar seguidores. E, pelo contrário, as pessoas sofrem quando são convidadas apenas para o medíocre.

Falamos muito em valores e sonhos. Quero concluir referindo-me às palavras de um grande líder e sonhador latino-americano, Dom Helder Câmara: “Quando sonhamos sozinhos, é só um sonho; mas quando sonhamos juntos, é o começo de uma nova realidade”. Vamos sonhar juntos e trabalhar, certos de que esse mundo de justiça e paz não será uma dádiva dos poderosos, mas uma conquista dos que souberam lutar pela justiça e pela liberdade.



# Montoro: por uma cultura da ética na democracia

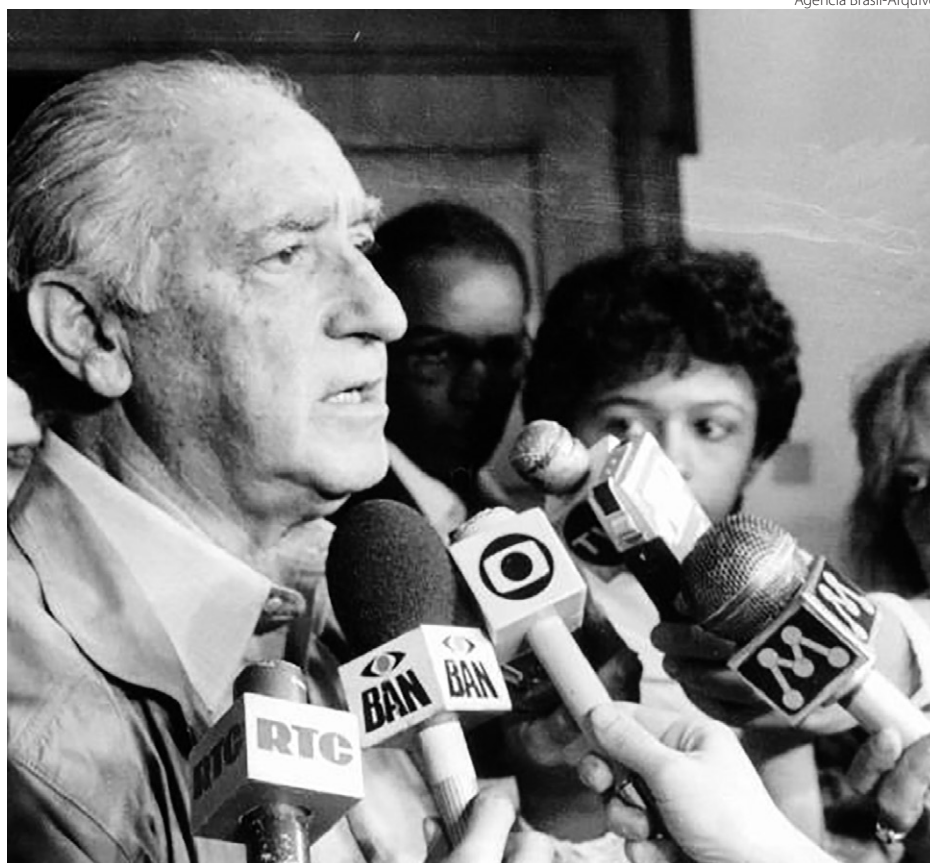
*Na política, muitas vezes parece-nos que o poder é a única palavra efetiva. Temos a impressão de que aqueles que vivem próximos ao poder imaginam ter a prerrogativa de fazerem o que bem entenderem, em função de caprichos e interesses particulares. Em tal contexto, os cristãos são chamados a testemunhar que até o poder deve se submeter à ética. Pode parecer difícil – e é – mas pessoas como Franco Montoro mostram-nos que a ética pode, de fato, orientar as carreiras políticas, para a construção do bem comum.*

**Lafayette Pozzoli\***

A presença do respeito à dignidade da pessoa humana, em todas as suas magnitudes e conjunturas, continua sendo um dos princípios fundamentais que orientam a sociedade moderna. Desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, o mundo tem buscado, embora nem sempre com êxito, um modelo de civilização mais justo e igualitário. Essa demanda é particularmente urgente em tempos de crise, quando as desigualdades econômicas e sociais são exacerbadas, e as instituições democráticas sofrem com a desconfiança e a polarização.

Ah! Momentos como o que vivemos agora, quanta falta faz o político André Franco Montoro.

Aristóteles, em sua obra *Ética a Nicômaco*, escrita há mais de dois mil anos, discutiu questões que ain-



da hoje ressoam. Ele afirmava que, embora crianças e animais possam realizar ações voluntárias, não são capazes de escolha consciente, algo que difere o comportamento impulsivo do ser humano adulto. Este conceito nos leva a refletir sobre a qualidade das escolhas feitas pelos nossos representantes políticos. Como, por exemplo, interpretar o último aumento de 37,32% nos salários dos parlamentares brasileiros, contrastando com um modesto ajuste de 6,94% no salário-mínimo? Essa decisão, ao que parece, está mais associada a interesses particulares do que ao bem comum, comprometendo o desenvolvimento socioeconômico do País.

Vale consignar que o saudoso professor e político André Franco Montoro, um ícone na defesa da ética e da democracia no Brasil, certamente teria muito a dizer sobre

tais desigualdades. Montoro, que desempenhou papel importante na transição do regime militar para a democracia nas décadas de 60, 70 e 80, acreditava profundamente no papel transformador da ética na política. Ele via a descentralização do poder como um passo essencial para fortalecer a democracia, aproximando o governo das reais necessidades do povo.

Se vivesse hoje, Montoro provavelmente apontaria para a complexidade de se lutar por uma democracia ética, na qual interesses privados parecem prevalecer sobre os públicos, mesmo em tempos de liberdade política. Sua visão reformista pode ser vista em iniciativas como a descentralização federativa, que foi parcialmente implementada pela Constituição de 1988, e sua defesa por um sistema eleitoral mais justo, com o voto distrital misto. Ele

também pregava a proteção dos direitos humanos e a modernização do sistema de governo, propondo inicialmente o parlamentarismo e, mais tarde, adotando a concepção do presidencialismo participativo.

Montoro sempre defendeu que a verdadeira justiça social só poderia ser alcançada em uma sociedade que garantisse a liberdade real para todos os seus cidadãos. Isso implicaria a criação de novas formas de participação popular, nas quais a voz do cidadão fosse ouvida e respeitada em todos os níveis de decisão política. Segundo ele, o desenvolvimento do País deveria ser orientado por princípios de equidade, diálogo e respeito à dignidade humana.

Nos dias de hoje, esse conceito de democracia participativa ganha novos contornos. A cidadania ativa pressupõe não apenas o direito, mas também o dever de participação. Em uma sociedade globalizada, os desafios são maiores, e o individualismo, amplificado pelas redes sociais e pela cultura do consumo, deve dar lugar à “cultura do dar”, uma cultura de solidariedade e fraternidade, em que o bem-estar coletivo é colocado acima de interesses individuais.

Criar uma cultura de ética na democracia é, mais do que nunca, um imperativo. A ética é o fio condutor que pode garantir a preservação dos valores democráticos e assegurar a justiça social. Somente por meio de um compromisso coletivo com esses princípios é que poderemos superar os desafios do nosso tempo e construir uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária.

\* Professor na Faculdade de Direito da PUC-SP e Líder do Grupo de Pesquisa GEDs - Direitos Fundamentais à Luz da Doutrina Social. Pós-Doutorado pela Universidade La Sapienza, Roma. Foi Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, Coordenador do Mestrado em Direito no Univem. Membro fundador da Ujucasp – União dos Juristas Católicos de São Paulo. Secretário do Instituto Jacques Maritain do Brasil

## Encontro, reflexão e ação na trajetória do político cristão

*Estas são as indicações que o Papa Francisco dá em seu discurso a um grupo de jovens da Fraternidade Política Chemin Neuf (Roma, 16 de maio de 2022)*

A política é, antes de tudo, a arte do encontro. Certamente, este encontro vive-se acolhendo o outro e aceitando a sua diferença, em um diálogo respeitoso. Como cristãos [...], somos chamados a viver o encontro político como um encontro fraterno, especialmente com aqueles que estão menos de acordo conosco; e isso significa ver naquele com quem dialogamos um verdadeiro irmão, um filho amado de Deus [...]

Se esta mudança de coração não se verificar, a política corre o risco de se transformar em um confronto frequentemente violento para fazer triunfar as próprias ideias, em uma busca de interesses particulares em vez do bem comum, contra o princípio de que «a unidade prevalece sobre o conflito» (cf. *Evangelii gaudium*, EG 226-230).

De uma perspectiva cristã, a política é também reflexão, ou seja, a formulação de um projeto comum [...] Como cristãos, entendemos que a política se leva em frente não só com encontros, mas com uma reflexão comum, em busca do bem geral, e não simplesmente por meio do confronto de interesses contrastantes e muitas vezes opostos. Em

suma, “o todo é superior à parte” (cf. EG 234-237). E a nossa bússola para elaborar este projeto comum é o Evangelho, que traz ao mundo uma visão profundamente positiva do homem amado por Deus.

Por fim, a política é também ação [...] Como cristãos, precisamos comparar sempre as nossas ideias com a profundidade da realidade, se não quisermos construir sobre a areia que, mais cedo ou mais tarde, acaba por ruir. Não esqueçamos que “a realidade é mais importante do que a ideia” (cf. EG 231-233). E, por isso, encorajo o vosso compromisso a favor dos migrantes e da ecologia. Assim, tomei conhecimento de que alguns de vós escolhestes viver juntos em

um bairro operário em Paris, para ouvir os pobres: eis uma forma cristã de fazer política! Não vos esqueçais destas linhas, que a realidade é mais importante do que a ideia: não se pode fazer política com ideologia. O todo é superior à parte, e a unidade é superior ao conflito. Procurai sempre a unidade e não vos percais no conflito.

É rezando juntos ao Pai, do qual todas as coisas procedem, é imitando Jesus Cristo, é ouvindo o Espírito Santo que o vosso cuidado pelo bem comum adquire uma força interior muito poderosa e estimulante. Pois é assim que se pratica a política, como “a mais alta forma de caridade”, como a definia o Papa Pio XI.